

Demonstrações Contábeis

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

31 de dezembro de 2012
com Relatório dos Auditores Independentes

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Demonstrações do valor adicionado	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório anual da Administração

Aos acionistas

A Administração da TME – Transmissora Matogrossense de Energia S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2012, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está a disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A Companhia

A TME – Transmissora Matogrossense de Energia S.A. tem como objetivo social principal a construção, implantação, operação e manutenção da Linha de Transmissão de Energia Elétrica LT 500 kV – Jauru – Cuiabá objeto do Lote E do Leilão nº 001/2009 - ANEEL, suas respectivas instalações componentes do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado e suas ampliações.

Através do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 023/2009 – ANEEL, datado de 19 de novembro de 2009, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, foi outorgada à Companhia, a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas, segundo o contrato, pela Linha de Transmissão em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 348 km, com origem na Subestação Jauru, localizada no estado do Mato Grosso e término na Subestação Cuiabá, localizada no estado do Mato Grosso, pela Subestação Jauru em 500/230 kV – 750 MVA, ENTRADAS DE LINHA, INTERLIGAÇÃO DE BARRAS, barramentos, reatores de linha, reatores de barra, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Sistema de transmissão



O sistema da TME integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL é do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

A prestação do serviço de transmissão se dará mediante o pagamento da Receita Anual Permitida a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial, reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões para o 5º, 10º e o 15º ano do período da concessão.

A Diretoria

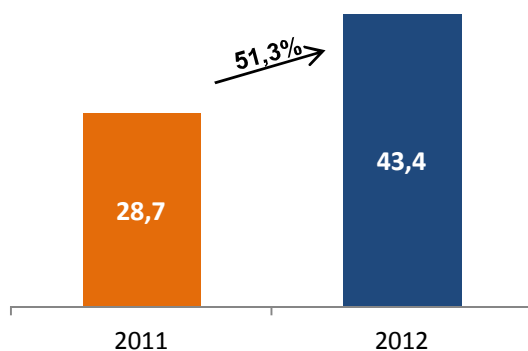
Desempenho econômico-financeiro

Receita

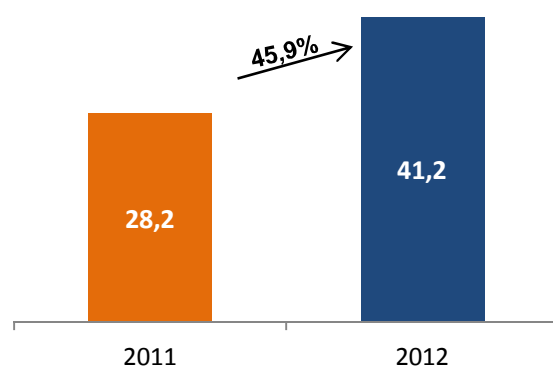
A TME auferiu Receita Bruta Ajustada de R\$ 43,4 milhões em 2012, representando um crescimento de 51,3% ante os R\$ 28,7 milhões registrados em 2011. Quando analisamos a Receita Bruta Total da TME, verificamos que em 2012 houve uma redução de 72,8% em relação a 2011. Contudo essa redução de receita bruta total se deve unicamente pelo fato de que, de acordo com as normas do IFRS, todo volume de investimentos (Capex) efetuados pelas empresas de transmissão são contabilizados como receita. Por se tratar de investimentos e não ter nenhum efeito no resultado da TME (o mesmo valor da receita é excluído no Custo dos serviços Prestados), por razões analíticas, desconsideramos esse efeito nas receitas da TME, conforme detalhado abaixo:

Receita Líquida Ajustada (R\$ MM)			
	2012	2011	Var. %
Receita de Transmissão de Energia	5,3	4,8	11,6%
Receita de Infraestrutura	6,1	153,6	-96,0%
Remuneração do Ativo de Concessão	38,1	23,9	59,2%
Receita Bruta - IFRS	49,5	182,3	-72,8%
Deduções	2,2	0,5	381,1%
Receita Líquida - IFRS	47,3	181,8	-74,0%
Exclusão da Receita de Infraestrutura	6,1	153,6	-96,0%
Receita Bruta Ajustada	43,4	28,7	51,3%
Receita Líquida Ajustada	41,2	28,2	45,9%

Receita Bruta Ajustada (R\$ milhões)



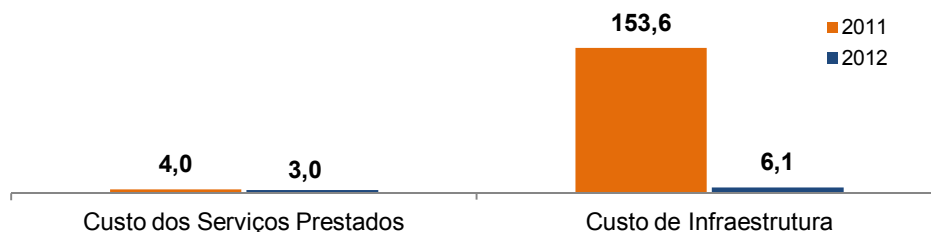
Receita Líquida Ajustada (R\$ milhões)



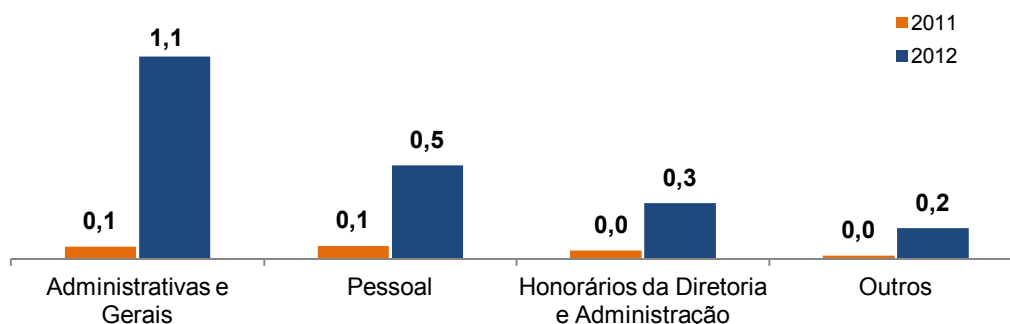
Custos e Despesas Operacionais

Custos e Despesas Operacionais R\$ (MM)			
	2012	2011	Var. %
Custos Operacionais			
Custo dos Serviços Prestados	3,0	4,0	-25,1%
Custo de Infraestrutura	6,1	153,6	-96,0%
Total	9,1	157,5	-94,2%
Despesas Operacionais			
Administrativas e Gerais	1,1	0,1	1530,8%
Pessoal	0,5	0,1	611,6%
Honorários da Diretoria e Administração	0,3	0,0	565,9%
Outros	0,2	0,0	788,9%
Total	2,0	0,2	922,4%

Custos Operacionais (R\$ milhões)



Despesas Operacionais (R\$ milhões)



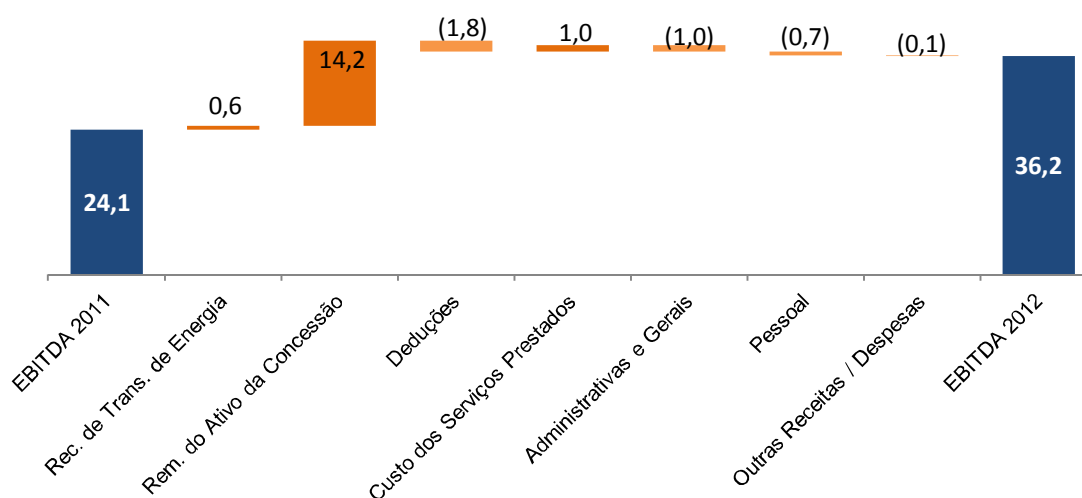
EBITDA

O EBITDA consiste no Lucro/Prejuízo Líquido antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e da participação de acionistas não controladores.

Em 2012, o EBITDA totalizou R\$ 36,2 milhões, 50,4% superior aos R\$ 24,1 milhões registrados em 2011. Já a margem EBITDA ajustada pela exclusão da Receita de Infraestrutura atingiu 87,9% em 2012, 2,7% superior aos 85,2% registrado em 2011. Esta variação é decorrente principalmente do aumento da receita de remuneração do ativo de concessão, que totalizou R\$ 38,1 milhões em 2012, 59,2% superior aos R\$ 23,9 milhões registrados em 2011.

EBITDA (R\$ MM)			
	2012	2011	Var. %
Receita Bruta Ajustada	43,4	28,7	51,3%
Deduções	2,2	0,5	381,1%
Receita Líquida Ajustada	41,2	28,2	45,9%
Custos Operacionais	(3,0)	(4,0)	-25,1%
Despesas Operacionais	(2,0)	(0,2)	922,4%
EBITDA	36,2	24,1	50,4%
Margem EBITDA	87,9%	85,3%	2,7%

Formação do EBITDA (R\$ milhões)



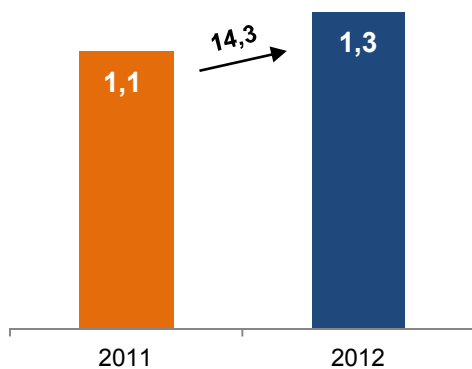
Resultados Financeiros

Em 2012, o resultado financeiro totalizou R\$ -14,8 milhões ante R\$ -9,6 milhões registrados em 2011, o que representa uma variação negativa de 54,9%.

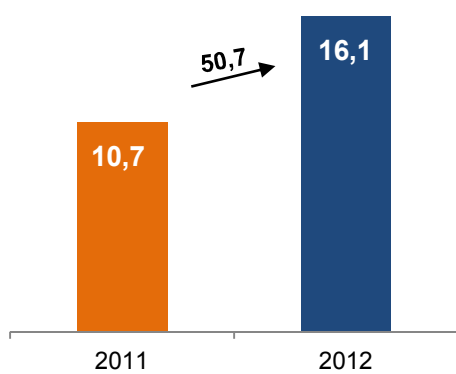
Esta variação é explicada, principalmente pelo aumento das despesas financeiras, que totalizaram R\$ 16,1 milhões em 2012, 50,7% superior aos R\$ 10,7 milhões registrados em 2011:

- As despesas financeiras que eram capitalizadas durante a construção, passaram a ser contabilizadas no resultado após a entrada em operação, que ocorreu em 19/11/2011. Estas despesas são provenientes de dois contratos de financiamento, um junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$ 80,0 milhões captado em fevereiro de 2011, com incidência de juros de 10% a.a., com vencimento em 2029 e o outro junto ao BNDES, captado em Maio de 2012, com incidência de juros de TJLP + spread de 3,6% a.a., com vencimento em 2026.

Receita Financeira (R\$ milhões)



Despesa Financeira (R\$ milhões)



Lucro Líquido

O lucro líquido de 2012 totalizou R\$ 19,5 milhões, 35,2% superior aos R\$ 14,4 milhões registrados em 2011.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Diretores da
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME
Cuiabá – MT

Examinamos as demonstrações contábeis da Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

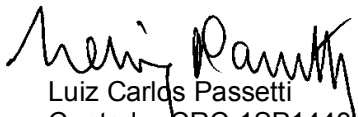
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transmissora Matogrossense de Energia S.A. – TME em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, sendo considerada informação adicional para as demais entidades. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3 – S - AM

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO			
CIRCULANTE			
		45.304	53.144
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.858	647
Investimento de curto prazo	5	3.764	17.035
Concessionárias e permissionárias	6	3.721	-
Impostos a recuperar	7	308	533
Adiantamento a fornecedores		319	14
Ativo financeiro da concessão	8	35.191	34.891
Outros ativos		143	24
		265.284	237.827
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	11	7.822	-
Ativo financeiro da concessão	8	257.462	237.580
Imobilizado		-	247
		310.588	290.971
ATIVO TOTAL			
		310.588	290.971
PASSIVO			
CIRCULANTE			
		22.405	107.045
Empréstimos e financiamentos, líquidos dos custos a amortizar	11	7.728	87.105
Fornecedores		11.727	16.046
Salários, férias e encargos sociais		206	143
Tributos e contribuições sociais a recolher	9	834	593
Taxas regulamentares		925	143
Outras obrigações		985	3.015
		157.967	80.590
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos, líquidos dos custos a amortizar	11	156.799	80.000
Tributos e contribuições sociais diferido	10	1.168	590
		130.216	103.336
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12	97.794	88.000
Reservas de lucros	12	32.422	15.336
		310.588	290.971
PASSIVO TOTAL			
		310.588	290.971

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	48.854	178.125
CUSTO OPERACIONAIS			
Custo dos serviços prestados	16	(2.646)	(269)
Custo de infraestrutura		(7.730)	(153.579)
		<u>(10.376)</u>	<u>(153.848)</u>
LUCRO BRUTO		<u>38.478</u>	<u>24.277</u>
(DESPESAS) RECETAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais	17	(1.060)	(65)
Pessoal		(491)	(69)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(617)	(44)
Outras despesas		(162)	(18)
		<u>(2.330)</u>	<u>(196)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>36.148</u>	<u>24.081</u>
Despesas financeiras	18	(18.976)	(11.444)
Receitas financeiras	18	1.862	1.886
		<u>(17.114)</u>	<u>(9.558)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>19.034</u>	<u>14.523</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(1.370)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(578)	(113)
		<u>(1.948)</u>	<u>(113)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>17.086</u>	<u>14.410</u>
Lucro líquido por ação			
Básico e diluído - R\$	14	<u>0,18221</u>	<u>0,16375</u>
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		<u>97.794</u>	<u>88.000</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	31/12/2012	31/12/2011
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	17.086	14.410
Resultado abrangente	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	17.086	14.410

A Companhia não apurou outros resultados abrangentes nos exercícios apresentados.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	Reservas de lucros			Lucros e prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2010		74.905	46	880	-	75.831
Lucro líquido do exercício		-	-	-	14.410	14.410
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	13	-	720	-	(720)	-
Reservas de lucros	13	-	-	13.690	(13.690)	-
Aumento de capital conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração - 08/12/2010		5.095	-	-	-	5.095
Aumento de capital conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração - 17/08/2011		8.000	-	-	-	8.000
Saldos em 31 de dezembro de 2011		88.000	766	14.570	-	103.336
Lucro líquido do exercício		-	-	-	17.086	17.086
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	13	-	854	-	(854)	-
Reservas de lucros	13	-	-	16.232	(16.232)	-
Aumento de capital conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração - 21/05/2012	12	709	-	-	-	709
Aumento de capital conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração - 22/06/2012	12	9.085	-	-	-	9.085
Saldos em 31 de dezembro de 2012		97.794	1.620	30.802	-	130.216

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Demonstrações do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	19.034	14.523
Itens que não afetam as disponibilidades		
Variações monetárias e cambiais líquidas	16.636	10.231
Receita de aplicações financeiras	(688)	-
Descontos financeiros obtidos	(1.158)	(761)
Baixa de Ativos	247	-
	34.071	23.993
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber concessionárias e permissionárias	(3.721)	-
Contas a receber ativo financeiro	(20.182)	(178.591)
Impostos a recuperar	225	(343)
Outros ativos	(424)	(17)
	(24.102)	(178.951)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(4.319)	(1.601)
Taxas regulamentares e setoriais	782	-
Salários, férias e encargos sociais	63	32
Contribuições e impostos a recolher	(1.129)	(674)
Outros passivos	(2.030)	3.140
	(6.633)	897
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	3.336	(154.061)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgates de investimentos (aplicações financeiras)	18.932	73.761
Aplicações em investimentos (aplicações financeiras)	(12.795)	(89.655)
Aplicações no imobilizado	-	(132)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos	6.137	(16.026)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	9.794	13.095
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	86.588	165.000
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(104.644)	(7.365)
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(8.262)	170.730
Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	1.211	643
Demonstração do aumento nas disponibilidades		
Saldo no início do período	647	4
Saldo no final do período	1.858	647
Aumento (redução) líquido nas disponibilidades	1.211	643
Informações adicionais		
Pagamento contribuição social	498	-
Pagamento de imposto de renda	270	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011
RECEITAS		
Receita de concessão de transmissão	5.276	1.066
Receita de infra-estrutura	7.730	153.579
Remuneração dos ativos da concessão	38.090	23.946
	<u>51.096</u>	<u>178.591</u>
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo de infra-estrutura	(7.730)	(153.579)
Serviços de terceiros	(1.820)	(110)
Materiais	(191)	(23)
Outros custos operacionais	(141)	(15)
	<u>(9.882)</u>	<u>(153.727)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receita financeira	1.862	1.886
	<u>1.862</u>	<u>1.886</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>43.076</u>	<u>26.750</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remuneração direta	1.699	201
Benefícios	224	13
Auxílio alimentação	118	5
Assistência médica e odontológica	89	7
Outros	17	1
FGTS	138	13
	<u>2.061</u>	<u>227</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	4.866	648
INSS	441	50
Encargos do consumidor	1.108	124
Imposto de renda e contribuição social	1.370	-
PIS e COFINS	1.134	342
Imposto de renda e contribuição social diferidos	578	113
Outros impostos e taxas	235	19
	<u>4.866</u>	<u>648</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	16.636	11.444
Aluguéis	87	21
Outras despesas financeiras	2.340	
	<u>19.063</u>	<u>11.465</u>
Remuneração de capitais próprios		
Reservas de lucros	17.086	14.410
	<u>17.086</u>	<u>14.410</u>
	<u>43.076</u>	<u>26.750</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

1. Informações Gerais

A Empresa de Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (“Companhia” ou “TME”) foi constituída em 02 de julho de 2009 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, com sede na Avenida Miguel Sutil, nº 8.695, 2º andar, conjunto 2, sala 1 – parte, Bairro Duque de Caxias, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso, CEP: 78040-365 MT, e tem por objeto planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

Concessão de linha de transmissão

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 025/2009 - ANEEL, de 19 de novembro de 2009, foi outorgada à Companhia pela União, a concessão dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas, segundo o contrato, pela Linha de Transmissão em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 348 km, com origem na Subestação Jauru, localizada no Estado de Mato Grosso e termino na Subestação Cuiabá, localizada no Estado de Mato Grosso; pela Subestação Jauru em 500/230 kV – 750 MVA; ENTRADAS DE LINHA, INTERLIGAÇÃO DE BARRAS, barramentos, reatores de linha, reatores de barra, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A prestação do serviço de transmissão se dará mediante o pagamento de Receita Anual Permitida (RAP), à partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial, reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão.

Em 22 de novembro de 2011, entraram em operação comercial a citada linha de transmissão e a respectiva subestação.

A Receita Anual Permitida - RAP, conforme Resolução Homologatória nº 1.313 de 26 de junho de 2012 é de R\$ 33.388 para o ciclo de 2011/2012. Para os ciclo de 2011/2012 a ANEEL homologou uma RAP de R\$ 31.108 para a Companhia, excluído das despesas com PIS/COFINS referente aos respectivos ciclos.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 31 de janeiro de 2013.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia, para o exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações contábeis, tais como seguros e meio ambiente, não foram cobertas pelo escopo de trabalho de nossos auditores independentes.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para litígios.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. Sumário das práticas contábeis

3.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários, são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.1.2. Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na rubrica de “reserva de disponíveis para venda”, no resultado abrangente, sendo transferidos para o resultado do período no momento da sua realização. Os efeitos provenientes de perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários, são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários e os investimentos de curto prazo são classificados como disponível para venda, em função de não terem sido constituídos com o objetivo de serem negociados no curto prazo, não terem a característica de derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e a também pelo fato da Administração da Companhia não ter a intenção de mantê-los até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2012, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido.

Normalmente, os investimentos que na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica investimentos de curto prazo ou em títulos e valores mobiliários.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

3.1.3. Contas a Receber Concessionárias e permissionárias

A Companhia classifica os saldos de concessionárias e permissionárias, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

3.1.4. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela Companhia é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento.

3.1.5. Ativo financeiro de concessão

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato:

Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

Este modelo é aplicado na Companhia em função das suas operações.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

3.1.6. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.1.7. Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.2 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração.

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. O gerenciamento dos negócios da Companhia é que a linha de transmissão compõem uma única unidade geradora de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação presente resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.4 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os instrumentos financeiros da Companhia é reconhecido inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia não possuía instrumentos de *hedge*.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.
- Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais e serviços.

3.4.1 Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.5 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

3.6 Tributação

3.6.1. Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%;

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.6.2. Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda (IR) e a contribuição social (CSL). A Companhia é está sob o regime de apuração pelo lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada sobre uma base de 8% e 12% da receita operacional bruta, respectivamente. A alíquota utilizada para a apuração do imposto de renda é de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

3.6.3. Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

3.7 Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.8 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

3.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das

demonstrações contábeis a Companhia não possui ajustes a valor presente de montantes significativos.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

3.10 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

3.11 Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado. Em atendimento a Deliberação CVM nº 597, de 15 de setembro de 2009, a Reconciliação entre a Receita Bruta e a Receita Líquida, apresentada na Demonstração do Resultado.

3.11.1 Receita de transmissão de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de implantação da infraestrutura
- Receitas dos ativos financeiros

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de concessão de transmissão
- Receitas dos ativos financeiros

3.11.2 Receita de juros

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.12 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

3.13 Programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (FNDCT) e empresa de pesquisa energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

3.14 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotou premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

3.14.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado à perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

3.14.2 Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Quando aplicável, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3.14.3 Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.14.4 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de construção, ampliação e reforços como ativo financeiro.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

3.14.5 Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro.

3.14.6 Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento.

3.14.7 Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das receitas de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

3.14.8 Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.15 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

3.16 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. Pronunciamentos Técnicos Revisados Pelo CPC em 2012

4.1. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB e aprovadas pela CVM mas não estão em vigor para o exercício de 2012:

- CPC 26 Apresentação das demonstrações financeiras – A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013 e a sua aplicação não apresentará impactos relevantes.
- CPC 33(R1) Benefícios aos empregados (Emenda): O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta emenda não trará impactos para a Companhia. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

- CPC 46 - Mensuração do valor justo - Deliberação nº 699 de 20 de dezembro de 2012. O IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou divulgações sobre as referidas mensurações). A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013. A revisão desta norma não gerará impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa e Investimento de curto prazo

	31/12/2012	31/12/2011
<u>Caixa e equivalente de caixa:</u>		
Numerário disponível	1.858	647
	<u>1.858</u>	<u>647</u>
	31/12/2012	31/12/2011
<u>Investimento de curto prazo</u>		
Certificados de depósitos bancários (I)	3.764	17.035
	<u>3.764</u>	<u>17.035</u>

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

Os certificados de depósitos bancários foram remunerados, em média, a 99,92% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (100,00% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia têm como política de investimentos financeiros a aplicação dos recursos em valores mobiliários de baixo risco e em instituições financeiras de primeira linha.

6. Concessionárias e permissionárias

	31/12/2012	31/12/2011
Transmissão de energia elétrica	3.721	-

7. Impostos a recuperar

Por força de determinações legais, a Companhia sofre as retenções e/ou procede as antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições. Os saldos destes tributos estão assim distribuídos:

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	8	437
Imposto de renda - IRPJ	201	-
	<u>209</u>	<u>437</u>

b) Outros tributos a recuperar

	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		
PIS	5	5
COFINS	23	23
ICMS	71	68
	<u>99</u>	<u>96</u>
Total Geral - Impostos a recuperar	<u>308</u>	<u>533</u>

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

8. Ativo Financeiro da Concessão

	31/12/2012	31/12/2011
<u>Circulante</u>		
Ativo financeiro da concessão ICPC 01	35.191	34.891
	<u>35.191</u>	<u>34.891</u>
<u>Não circulante</u>		
Ativo financeiro da concessão ICPC 01	257.462	237.580
	<u>257.462</u>	<u>237.580</u>

Movimentação do ativo financeiro de concessão:	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	93.880
Receita de transmissão de energia (nota 15)	1.066
Remuneração do ativo de concessão (nota 15)	23.946
Receita de infra-estrutura (nota 15)	153.579
Saldo em 31 de dezembro de 2011	272.471
Receita de transmissão de energia (nota 15)	5.276
Remuneração do ativo de concessão (nota 15)	38.090
Receita de infra-estrutura (nota 15)	7.730
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(30.914)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>292.653</u>

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica prestados pela Companhia são regulamentados pelos contratos de Concessão celebrados com a União – Poder Concedente. Estes contratos de concessão estabelecem os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados. Estes contratos estabelecem também, que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização.

Sendo assim, com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, decidiu-se pela aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão na Companhia. A Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

As infraestruturas construídas da atividade de transmissão são, ou serão, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

- Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão. A RAP corresponde ao valor fixo apresentado em leilão pelas concessionárias quando da outorga de suas concessões e não está relacionada ao volume de energia elétrica transmitido por suas instalações. Seu reajuste é feito anualmente, pelo IPCA, de acordo com os termos previstos nos contratos de concessão. A revisão tarifária ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP. Não há, entretanto, reajuste dos custos operacionais. Além disso, a RAP poderá sofrer reajustes em decorrência de eventos extraordinários, tais como alterações na legislação aplicável ao setor e investimentos em linhas e instalações de transmissão devidamente aprovados pela ANEEL;
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, por falta de uma metodologia adequada à mensuração de seu valor. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

De modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, A Companhia fará jus a receitas adicionais para amortização dos investimentos realizados para a implementação de reforços em nossas instalações. No caso de reforços sujeitos à autorização prévia da ANEEL, essas receitas adicionais serão determinadas previamente pela ANEEL. Com relação aos reforços ou melhorias que não exijam autorização prévia da ANEEL, eventuais receitas adicionais serão calculadas em processo de revisão extraordinária da RAP, sendo que os valores fixados na revisão retroagirão até o momento em que os reforços iniciaram operação.

9. Impostos a recolher

a) Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		
Imposto de renda - IRPJ	264	-
Contribuição social - CSLL	117	-
	<u>381</u>	<u>-</u>

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

b) Outros tributos a pagar

	31/12/2012	31/12/2011
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	10	27
ICMS	-	67
PIS	73	61
COFINS	335	281
ISS	31	57
INSS	-	72
Outros	4	28
	<u>453</u>	<u>593</u>
Total Geral - Impostos a recolher	<u>834</u>	<u>593</u>

10. Tributos e contribuições sociais diferidos

	31/12/2012	31/12/2011
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda diferido	748	381
Contribuição social diferido	420	209
	<u>1.168</u>	<u>590</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. A composição segue abaixo:

IR e CS Diferidos	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
Ativo fiscal regulatório (Sem a adoção do ICPC 01)	271.671	271.671	271.618	271.618
Ativo societário (Com a adoção do ICPC 01)	(310.588)	(310.588)	(290.971)	(290.971)
Base de cálculo para constituição - IR e CS diferidos	<u>(38.917)</u>	<u>(38.917)</u>	<u>(19.353)</u>	<u>(19.353)</u>
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	(3.113)	(4.670)	(1.548)	(2.322)
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota Adicional IRPJ (Exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
Outros	6	-	(18)	-
IR e CS diferidos (Passivo)	<u>(748)</u>	<u>(420)</u>	<u>(381)</u>	<u>(209)</u>
IR e CS diferidos (Resultado)		<u>(578)</u>		<u>(113)</u>

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

11. Empréstimos e financiamentos, e encargos de dívidas

- a) O saldo de empréstimos e financiamentos, e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:
- I) Empréstimo junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 80.000, captado em 28 de fevereiro de 2011. De acordo com o contrato original o valor do principal seria amortizado em 131 parcelas mensais, com amortização trimestral dos encargos. Em 30 de setembro de 2011 foi elaborado um aditivo contratual, que prorrogou o vencimento deste empréstimo para 01 de fevereiro de 2029, desta forma, o principal passou a ser amortizado em 156 parcelas, vencendo a primeira em 01 de março de 2016, e a última em 01 de fevereiro de 2029. As demais cláusulas contratuais não sofreram alteração. Este empréstimo está sujeito a incidência de juros de 10% ao ano, com bônus de adimplência de 15%, desde que as prestações da dívida sejam pagas integralmente até a data do respectivo vencimento.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

- II) Em 28 de junho de 2011, a Companhia captou um empréstimo junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 50.000. Este empréstimo estava sujeito a incidência de juros equivalente a taxa do CDI, acrescido de spread de 2,55% ao ano. Os encargos e o valor principal deverião ser pagos em parcela única no seu vencimento, ou seja, em novembro de 2011. Na data do vencimento do empréstimo, a Companhia optou por pagar os juros computados até a data do vencimento original, e efetuou a prorrogação do pagamento do valor principal para 25 de maio de 2012, no qual foi integralmente liquidado em 16 de maio de 2012.
- III) Empréstimo junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 35.000, captado em 25 de novembro de 2011. Este empréstimo está sujeito a incidência de juros equivalente a taxa do CDI, acrescido de spread de 2,60% ao ano. Os encargos e o valor principal foram pagos em parcela única em 16 de maio de 2012.
- IV) Em de fevereiro de 2012, a Companhia captou junto ao BNDES o montante R\$ 87.300, no qual foi liberado pela instituição financeira no dia 15 de maio de 2012. Este empréstimo está sujeito ao encargo da variação da TJLP, acrescido de 3,60% a.a, com vencimento em 15 de maio de 2026, e tem como garantia o penhor total das ações de emissão da Companhia e o penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 023/2009. O contrato com o BNDES possui cláusulas restritivas relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA. A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida. Em 31 de dezembro de 2012, os índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia, sendo eles:

Índices financeiros	Índice definido em Contrato
Patrimônio Líquido/Ativo Total	≥ 25%
Índice de Cobertura de Serviço da Dívida	≥ 1,2

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

b) A movimentação de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Moeda nacional	Saldo inicial	Ingresso de dívidas	Provisão de encargos	Amortização do principal	Bônus de adimplência	Amortização do encargos	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2011						31/12/2012
Empréstimos e financiamentos							
Banco do Brasil - FCO	81.204	-	7.776	-	(1.158)	(6.562)	81.260
Banco do Brasil - Cédula de crédito 920	50.637	-	1.333	(50.000)	-	(1.970)	-
Banco do Brasil - Cédula de crédito 877	35.264	-	2.661	(35.000)	-	(2.925)	-
BNDES	-	87.300	4.833	(3.637)	-	(4.550)	83.946
BNDES - Custos de captação	-	(712)	33	-	-	-	(679)
	<u>167.105</u>	<u>86.588</u>	<u>16.636</u>	<u>(88.637)</u>	<u>(1.158)</u>	<u>(16.007)</u>	<u>164.527</u>

Moeda nacional	Saldo inicial	Ingresso de dívidas	Provisão de encargos	Amortização do principal	Bônus de adimplência	Amortização do encargos	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2010						31/12/2011
Empréstimos e financiamentos							
Banco do Brasil - FCO	-	80.000	6.339	-	(761)	(4.374)	81.204
Banco do Brasil - Cédula de crédito 920	-	50.000	3.628	-	-	(2.991)	50.637
Banco do Brasil - Cédula de crédito 877	-	35.000	264	-	-	-	35.264
	<u>-</u>	<u>165.000</u>	<u>10.231</u>	<u>-</u>	<u>(761)</u>	<u>(7.365)</u>	<u>167.105</u>

c) Em 31 de dezembro de 2012, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012
	Banco do Brasil - FCO	BNDES	BNDES - Custos de captação
2014	6.061	6.236	(50)
2015	7.273	6.236	(50)
2016	7.273	6.236	(50)
2017	7.273	6.236	(50)
2018	7.273	6.236	(50)
Após 2018	<u>44.847</u>	<u>46.247</u>	<u>(378)</u>
	<u>80.000</u>	<u>77.427</u>	<u>(628)</u>

O contrato com o com o Banco do Brasil - FCO não exige manter certos índices financeiros.

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia constituiu garantias conforme definido nos contratos de empréstimo do BNDES e do Banco do Brasil - FCO. Estas garantias consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos. Em 31 de dezembro de 2012, estas garantias são no montante de R\$ 7.822, e estão registradas na rubrica "títulos e valores mobiliários".

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

12. Patrimônio líquido

12.1 Capital social:

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de maio de 2012, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, por meio da emissão de 709 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal pelo valor total de R\$709. Em 22 de junho de 2012, mediante Reunião do Conselho de Administração foi autorizado o aumento do capital social da Companhia por meio da emissão de 9.085 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo valor total de R\$9.085. Desse modo, em 31 de dezembro de 2012 o capital social subscrito da Companhia é de R\$97.794, composto por 97.794 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

12.2 Composição acionária:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<u>Acionistas</u>				
Alupar Investimentos S/A	44.985	46,00	41.000	46,59
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte	47.919	49,00	43.000	48,86
Mavi Engenharia e Construções Ltda.	4.890	5,00	4.000	4,55
Total das ações	97.794	100,00	88.000	100,00

12.3 Reserva legal

De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido apurado no exercício	17.086	14.410
Reserva legal (5% do lucro líquido)	854	720

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

13. Destinação do resultado

A proposta de distribuição do lucro líquido apurado no exercício de 2012, conforme apresentado a seguir, considera disposições legais previstas no artigo 202 Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e está sob expectativa de aprovação da Assembléia Geral dos Acionistas.

Destinação do resultado	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	17.086	14.410
Constituição de reserva legal	(854)	(720)
Subtotal	16.232	13.690
Reserva de lucros	(16.232)	(13.690)
Saldo de lucros acumulados	-	-

A administração da Companhia decidiu propor a não distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social, visto que o lucro líquido apurado no exercício de findo em 31 de dezembro de 2012, é proveniente da adoção das práticas contábeis do IFRS. Como consequência da adoção, não houve a realização financeira deste lucro.

A Lei 6.404 permite a não distribuição do dividendo obrigatório caso os órgãos da Administração relatem à Assembléia Geral Ordinária que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia na ocasião

O lucro líquido não distribuído pela Companhia em virtude de suspensão é destinado a uma reserva especial e, se não for absorvido por prejuízos subsequentes, deverá ser distribuído assim que a situação financeira permitir.

14. Lucro por ação

O calculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir apresenta o lucro por ação da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Exercício findo em	
	31/12/2012	31/12/2011
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	17.086	14.410
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias	93.772	88.000
Lucro por ação		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	0,18221	0,16375

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

15. Receita operacional líquida

	31/12/2012	31/12/2011
Receita operacional bruta		
Receita de transmissão de energia	5.276	1.066
Remuneração do ativo de concessão	38.090	23.946
Receita de infra-estrutura	7.730	153.579
Total - Receita operacional bruta	51.096	178.591
Tributos sobre a receita operacional bruta		
PIS	(202)	(61)
COFINS	(932)	(281)
	(1.134)	(342)
Encargos regulamentares da concessão		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(808)	(92)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(120)	(13)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(120)	(13)
Ministério de minas e energia - MME	(60)	(6)
	(1.108)	(124)
Receita Operacional líquida	48.854	178.125

16. Custo dos serviços prestados

	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal	(1.394)	(164)
Material	(110)	(19)
Serviços de terceiros	(981)	(55)
Arrendamento e aluguéis	(4)	(15)
Seguros	(136)	(15)
Tributos e taxas	(16)	(1)
Outras	(5)	-
Total	(2.646)	(269)

17. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2012	31/12/2011
Material	(81)	(4)
Serviços de terceiros	(839)	(55)
Arrendamento e aluguéis	(83)	(6)
Tributos e taxas	(57)	-
Total	(1.060)	(65)

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

18. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2012	31/12/2011
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	688	1.125
Descontos obtidos	1.158	761
Outros	16	-
Total	1.862	1.886
Despesas Financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(16.636)	(10.703)
Despesas bancárias	(6)	(1)
IOF	(5)	(747)
Juros e multas	(2.329)	7
Total	(18.976)	(11.444)
Total Líquido	(17.114)	(9.558)

19. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o regime de imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Correntes	(919)	(451)	-	-
Diferidos	(367)	(211)	(73)	(40)
Total	(1.286)	(662)	(73)	(40)
b) Tributos correntes:				
Receita de transmissão	31.063	31.063	-	-
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
Receita de transmissão ajustado	2.485	3.728	-	-
Receita financeira	1.286	1.286	-	-
	3.771	5.014	-	-
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota Adicional IRPJ (Exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
Total dos tributos correntes	(919)	(451)	-	-
c) Tributos diferidos:				
ICPC 01 - imposto diferido (vide nota nº 10)	(367)	(211)	(73)	(40)
d) Alíquota efetiva:				
Resultado antes dos tributos	19.034	19.034	14.523	14.523
Despesa com tributos	1.286	662	73	40
Alíquota efetiva	6,8%	3,5%	0,5%	0,3%

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

20. Partes relacionadas

Transações com partes relacionadas

Nos casos contratos celebrados, ou que possam vir a celebrar, com partes relacionadas, necessariamente serão atendidos os preços e condições usuais de mercado, bem como será avaliada a necessidade de pedido de anuência prévia à ANEEL, nos termos da Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os saldos em aberto de partes relacionadas são conforme segue:

Partes relacionadas	31/12/2012	31/12/2011
Passivo circulante		
Fornecedores		
Mavi Engenharia e Construções Ltda.	6.989	-
Bimestral Indústria Metalúrgica Ltda.	-	5.703
Total	6.989	5.703

Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia deve divulgar a remuneração de sua alta administração.

De acordo com o estatuto social da Companhia, a Assembléia Geral de Acionistas define uma remuneração global aos membros da diretoria da Companhia.

Caberá ao nosso Conselho de Administração a distribuição da remuneração global fixada pela Assembléia Geral dos Acionistas, a serem pagos aos membros da diretoria da Companhia.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

Remuneração da alta administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a remuneração da alta administração foi conforme segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Benefícios de curto prazo (a)	(501)	(33)
Outros benefícios de longo prazo (b)	(116)	(11)
Total	(617)	(44)

- (a) Benefícios de curto prazo: incluem ordenados, salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis num período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, habitação, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para a alta administração.
- (b) Outros benefícios de longo prazo: incluem licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, benefícios de invalidez de longo prazo e, se não forem pagáveis na totalidade num período de doze meses após o encerramento do exercício, participação nos lucros, bônus e remunerações futuras.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos membros da diretoria é dividida em uma remuneração fixa e outra variável baseada no desempenho e atingimento de metas

21. Instrumentos financeiros

21.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

21.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados e classificados conforme segue abaixo:

	31/12/2012		31/12/2011		Critério de avaliação	Classificação
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativo financeiros						
Investimentos de curto prazo	3.764	3.764	17.035	17.035	Valor justo	Disponíveis para venda
Concessionárias e permissionárias	3.721	3.721	-	-	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro da concessão	292.653	292.653	272.471	272.471	Valor justo	Disponíveis para venda
Títulos e valores mobiliários	7.822	7.822	-	-	Valor justo	Disponíveis para venda
	<u>307.960</u>	<u>307.960</u>	<u>289.506</u>	<u>289.506</u>		
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	164.527	164.527	167.105	167.105	Custo amortizado	Outros passivos financeiros
	<u>164.527</u>	<u>164.527</u>	<u>167.105</u>	<u>167.105</u>		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de concessionárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão e fornecedores: devido aos valores contábeis desses instrumentos financeiros, aproximarem-se de seus valores justos, os mesmos são demonstrados com valores equivalentes.

Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):

(i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

(ii) FCO Banco do Brasil: Como os valores a pagar são reajustados pela TJLP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro;

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

21.3 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

31/12/2012	Mensuração do valor justo		
	Nível I	Nível II	Nível III
Ativo financeiros			
Investimentos de curto prazo	3.764	3.764	-
Concessionárias e permissionárias	3.721	3.721	-
Ativo financeiro de concessão	292.653	-	292.653
Títulos e valores mobiliários	7.822	-	7.822
Total	307.960	7.485	300.475
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	164.527	-	164.527
Total passivos financeiros	164.527	-	164.527

31/12/2011	Mensuração do valor justo		
	Nível I	Nível II	Nível III
Ativos financeiros			
Investimentos de curto prazo	17.035	17.035	-
Ativo financeiro de concessão	272.471	-	272.471
Cauções e depósitos judiciais	-	-	-
Total	289.506	17.035	272.471
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	167.105	-	167.105
Total passivos financeiros	167.105	-	167.105

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II– outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III– técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

21.4 Informações sobre liquidez

A Companhia têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

As políticas de Administração de risco da Companhia foi estabelecida a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

21.5 Análise de sensibilidade dos investimentos e das dívidas

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia estava exposta no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, o CDI projetado foi obtido através do relatório Focus do Banco Central de 28 de dezembro de 2012; e no caso da TJLP, a taxa utilizada foi a última divulgada pelo Conselho Monetário Nacional; e a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2012, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31.12.2012	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			7,25%	3,63%	5,44%	9,06%	10,88%
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	CDI	3.764	273	136	205	341	409

Empréstimos, financiamentos e debêntures (Moeda nacional) - Consolidado	Taxa de Juros a.a.	Posição em 31.12.2012 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento		
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
TJLP			5,00%	2,50%	3,75%	6,25%	7,50%	
BNDES								
Banco do Brasil - FCO								
	TJLP +	3,60%	82.983	7.286	5.137	6.211	8.361	9.435
	TJLP +	10,00%	80.000	12.400	10.200	11.300	13.500	14.600
	Total		162.983	19.686	15.337	17.511	21.861	24.035

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

21.6 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

21.6.1 Risco de crédito

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia de realizar seus direitos provenientes do contas a receber de concessionárias e permissionárias; caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

a) Contas a receber de concessionárias e permissionárias

A Companhia por força dos contratos mantidos junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, concessionárias outros agentes, está sujeita a regulação da prestação de seus serviços vinculados a rede básica.

b) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e sem estabelecimentos de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

21.6.2 Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

21.6.3 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

21.7 Riscos de mercado

21.7.1 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, podem ser controladas por operações de swap para travar o custo financeiro das operações.

21.7.2 Risco de preço

As receitas da Companhia são nas cláusulas previstas no contrato de concessão reajustadas anualmente, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

21.8 Outros riscos

21.8.1 Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

21.8.2 Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem um contrato de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas “covenants” normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

21.8.3 Gestão de capital

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento. Em determinadas circunstâncias podem ocorrer a captação de novos empréstimos, contratações de operações de swap para evitar oscilações do custo financeiro das operações, dentre outros instrumentos que a Companhia julgar necessário.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, conforme segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Empréstimos e financiamentos (Líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(7.728)	(87.105)
Não circulante	(156.799)	(80.000)
Dívida total	<u>(164.527)</u>	<u>(167.105)</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1.858	647
Investimentos de curto prazo	3.764	17.035
Dívida líquida	<u>(158.905)</u>	<u>(149.423)</u>
Patrimônio líquido	130.216	103.336
Dívida líquida / Patrimônio Líquido	<u>122,0%</u>	<u>144,6%</u>

22. Informações por segmento

A Companhia é administrada como uma única operação, ou seja que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações por segmento para analisar seu desempenho operacional e financeiro. Dessa forma, a demonstração de resultado reflete as informações que a Administração da Companhia utiliza para acompanhar o seu desempenho operacional e financeiro.

23. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte e vales refeições.

	31/12/2012	31/12/2011
Assistência médica e odontológica	(89)	(7)
Auxílio alimentação	(118)	(5)
Seguro de vida	(6)	-
Vale transportes	(8)	-
Total	<u>(221)</u>	<u>(12)</u>

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

24. Seguros

Em 31 de dezembro de 2012, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia, para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada R\$ mil
	de	até	
Riscos operacionais	24/04/12	24/04/13	10.000
Total			<u>10.000</u>